



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-
ÁRIDO.**

1 Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, de
2 forma híbrida, via *Google Meet* e na Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores, reuniu-se o
3 Conselho de Administração (Consad) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa),
4 sob a presidência do Vice-Reitor, **Roberto Vieira Pordeus**, para deliberar sobre a pauta da
5 segunda reunião ordinária do ano de dois mil e vinte e três. Estiveram presentes os Pró-
6 Reitores: Pró-Reitoria de Administração (Proad): **Arly Dayany Fernandes Lopes de Carvalho**;
7 Pró-Reitoria de Planejamento (Proplan): **Moisés Ozório de Souza Neto**; Pró-Reitoria de
8 Gestão de Pessoas (Progepe): **Raiane Mousinho Fernandes Borges Palhano Galvão**; Pró-
9 Reitoria de Assuntos Estudantis (Proae): **Júlio César Rodrigues de Sousa**; os Diretores de
10 *Campi*: Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC): **Dalvanira Brito Rodrigues**; Centro
11 Multidisciplinar de Angicos (CMA): **Jacimara Villar Forbeloni**; Centro Multidisciplinar de Pau
12 dos Ferros (CMPF): **Reudismam Rolim de Sousa**; os Diretores de Centro: Centro de Ciências
13 Agrárias (CCA): **José Torres Filho**; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS):
14 **Rodrigo Silva da Costa**; Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN): **Leonardo Augusto**
15 **Casillo**; Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH): **José Albenes Bezerra**
16 **Júnior**; Centro de Engenharias (CE): **Manoel Quirino da Silva Júnior**; os representantes
17 docentes: **Francisco Edcarlos Alves Leite**, **Miriam Karla Rocha** e **Rafael Castelo Guedes**
18 **Martins**; os representantes técnico-administrativos: **Alexandre Miranda Rocha** e **Cleyton**
19 **Kleber Dantas Alberto**; o representante discente: **Johnnatan Fernandes da Silva Mota**.
20 Justificativas de ausência: Rannah Munay Dantas da Silveira. Faltas não justificadas: Yaskara
21 Ygara Menescal Pinto Fernandes e Karol Cavalcante de Souza. **PAUTA: Primeiro ponto:**
22 **Apreciação e deliberação sobre as atas da 3ª reunião ordinária de 2022 e 1ª reunião ordinária**
23 **de 2023. Segundo ponto:** **Apreciação e deliberação sobre designação pela Reitora, ad**
24 **referendum** do Consad, de renovação de afastamento de servidores técnico-administrativos.
25 **Terceiro ponto:** **Apreciação e deliberação sobre o documento que define o Modelo de Gestão**
26 **Orçamentária e Financeira da Ufersa, encaminhado via Memorando Eletrônico nº 26/2023 –**
27 **Proplan. Quarto ponto:** **Apreciação e deliberação sobre adesão da Auditoria Interna da Ufersa**
28 **– Audint ao sistema E-AUD da CGU, enviado via Memorando Eletrônico nº 120/2023 – GAB.**
29 **Quinto ponto:** **Outras ocorrências. Tendo constatado quórum legal, o presidente do Conselho,**
30 **Roberto Vieira Pordeus**, declarou aberta a reunião, leu as justificativas de ausências e as
31 colocou em votação, sendo estas votadas em grupo e aprovadas por unanimidade. Em
32 seguida, também leu a pauta da reunião e a pôs em discussão. O conselheiro **Rodrigo Silva**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

33 **da Costa** solicitou à Proplan esclarecimentos sobre o objetivo do terceiro ponto. O conselheiro
34 **Moisés Ozório de Souza Neto** justificou que o objetivo se trata apenas de registrar o modelo
35 do documento com o aval do Consad, a fim de haver mais respaldo para publicar. O
36 conselheiro **Rodrigo Silva da Costa** agradeceu e disse que já sabe qual caminho seguir na
37 deliberação. Logo após, informou sobre novas ferramentas disponibilizadas pela plataforma do
38 Google Meet, como a enquete, que poderia facilitar a contagem dos votos durante as
39 deliberações. O presidente da reunião, **Roberto Vieira Pordeus**, colocou a pauta em votação,
40 a qual foi votada e aprovada por unanimidade. Logo após, tendo em vista o mérito do ponto
41 esclarecido pelo conselheiro Moisés Ozório de Souza Neto, colocou em votação a participação
42 de Daiane Ferreira da Costa, Pró-Reitora Adjunta da Proplan, e de Antônio Gilberto Martins da
43 Costa ou Marília de Lima Pinheiro Gadêlha Melo, representantes da Audint, a qual foi votada e
44 aprovada por unanimidade. **PRIMEIRO PONTO.** O presidente da reunião, **Roberto Vieira**
45 **Pordeus**, colocou o primeiro ponto em discussão, iniciando pela apreciação da ata da 3ª
46 reunião ordinária de 2022. O conselheiro **Reudismam Rolim de Sousa** fez uma observação
47 sobre sua fala, retificando-a na parte em que informou que o *campus* foi pactuado com 86
48 técnicos administrativos, quando, na realidade, foi com 87. Ademais, fez uma correção sobre o
49 registro de seu sobrenome. O presidente da reunião, **Roberto Vieira Pordeus**, colocou a ata
50 da 3ª reunião ordinária de 2022 em votação considerando as observações do conselheiro
51 Reudismam Rolim de Sousa, a qual foi votada e aprovada por unanimidade. Em seguida,
52 colocou a ata da 1ª reunião ordinária de 2023 em discussão. Sem emendas, foi votada e
53 também aprovada por unanimidade. **SEGUNDO PONTO.** O presidente da reunião, **Roberto**
54 **Vieira Pordeus**, colocou o segundo ponto em discussão. Em primeiro lugar, pôs para
55 apreciação o processo do servidor Esaú Castro de Albuquerque Melo. Sem inscrições, o
56 processo foi votado e aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente da reunião colocou
57 em apreciação o processo da servidora Iza Maria Pereira. Sem inscrições, o processo também
58 foi votado e aprovado por unanimidade. **TERCEIRO PONTO.** O presidente da reunião,
59 **Roberto Vieira Pordeus**, colocou o terceiro ponto em discussão e afirmou que a convidada
60 Daiane Ferreira da Costa já se encontra na reunião. O conselheiro **Alexandre Miranda Rocha**
61 comentou, ainda sobre o ponto dois, que seria interessante, sobre a questão do afastamento
62 dos servidores técnico-administrativos, rever a necessidade de todos os anos ficarem
63 renovando, pois se torna cansativo. Sugeriu que, quando já se espera um afastamento de, por
64 exemplo, quatro anos, fosse aprovado um documento único que abrangesse todo esse
65 período. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** afirmou que a portaria de
66 afastamento, quando é emitida pela Reitoria, considera uma resolução do Consad que define
67 um prazo máximo e prevê a necessidade de se fazer renovações anuais. O presidente da
68 reunião, **Roberto Vieira Pordeus**, acresceu que, às vezes, pode acontecer de o servidor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

69 desistir antes do prazo máximo. O conselheiro **Alexandre Miranda Rocha** agradeceu pelos
70 esclarecimentos e afirmou que, ainda assim, poder-se-ia rever isso posteriormente,
71 justificando que levantou essa questão porque estava conversando com um dos técnicos que
72 solicitou o afastamento e, com isso, verificou quão burocrático é. O conselheiro **Manoel**
73 **Quirino da Silva Júnior** esclareceu que os documentos a serem solicitados se tratam de uma
74 questão interna que pode ser revista, mas a renovação precisa ser feita anualmente.
75 Retornando ao mérito do terceiro ponto, o presidente da reunião, **Roberto Vieira Pordeus**, deu
76 a palavra à convidada Daiane Ferreira da Costa. A convidada **Daiane Ferreira da Costa**
77 explicou que o envio desse documento para o Consad se dá porque este objetiva definir um
78 modelo de gestão orçamentária adotado pela instituição, numa forma de normatizar as práticas
79 que a universidade já realiza no tocante à gestão orçamentária. Afirmou que o documento visa
80 a atender, sobretudo, alguns normativos relacionados à governança pública, definidos pelo
81 próprio Governo Federal e pelo Tribunal de Contas da União. Explicou que, desde 2017, o
82 Governo Federal traz alguns mecanismos para implantar a governança pública nas instituições,
83 citando o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe de diretrizes para se
84 definir como pactuar isso, no que tange às funções, às competências e às responsabilidades
85 das estruturas e dos arranjos institucionais. Nesse sentido, afirmou que o Tribunal de Contas
86 também realiza alguns trabalhos para acompanhar a implementação dessa cultura de
87 governança, tendo lançado um referencial básico, modelo que institui os princípios, as
88 diretrizes e as práticas para governança pública, definindo algumas áreas em que devem ser
89 implementadas as ações de governantes – gestão de pessoas, gestão de TI, gestão de
90 contratações e gestão orçamentária. Ademais, afirmou que o TCU, a cada dois anos, realiza
91 um questionário de autoavaliação em cada instituição, definindo-se os Índices de Gestão e
92 Governança (IGG). Sobre a Ufersa, afirmou que esta já vem trabalhando diversas ações em
93 todas essas áreas, porém, a área de gestão orçamentária foi acrescida ao referencial a partir
94 de uma atualização mais recente, por isso é preciso instituir alguns mecanismos orçamentários
95 para atender às diretrizes e aos princípios cobrados pelo TCU – basicamente, para definir
96 maior transparência e integridade. Internamente, o último Plano de Desenvolvimento
97 Institucional (PDI) definiu o objetivo de aperfeiçoar a governança pública, com metas
98 específicas para melhorar os índices. Para tanto, é necessário implementar muitas ações para
99 formalizar essas questões dentro da universidade. Na Proplan, afirmou que há a Divisão de
100 Planejamento, Avaliação Institucional e Governança (Diplan), que passou a acompanhar e
101 trabalhar essas questões na instituição, instituindo um programa para melhorar os indicadores
102 avaliados e, por conseguinte, os IGG da instituição, fazendo um diagnóstico e um
103 *benchmarking* das instituições com índices superiores, a fim de verificar o que pode ser



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

104 aplicado na Ufersa para se obter bons resultados também. Destacou que foram feitas reuniões
105 com todas as áreas, elaborando-se planos de ação, dentre os quais, um objetivava ter um
106 modelo de gestão orçamentária estabelecido e aprovado pelos Conselhos Superiores – a partir
107 disso, apresentou-se este documento ao Consad, o qual foi elaborado com a colaboração da
108 Divisão de Orçamento (Diorc) e da Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), verificando-se
109 toda a legislação pertinente às atividades dessa área, frisando que o documento não traz nada
110 novo, nem altera práticas, apenas registra aquelas que já são implementadas na instituição,
111 como forma de trazer maior transparência, para que todos saibam como acontece a
112 programação e a distribuição orçamentária e como se executa esse orçamento. Leu, ainda, o
113 sumário do documento, que se compõe, após a “apresentação”, pelos tópicos “diretrizes
114 gerais”, que se tratam, justamente, das legislações pertinentes à área de orçamento e finanças
115 – a fim de explicar como acontece a formação do orçamento público e a lei orçamentária –,
116 “alinhamento ao planejamento estratégico”, “indicadores” – os quais auxiliam no
117 acompanhamento do desempenho da administração –, “estrutura, papéis e responsabilidades”,
118 “programação orçamentária”, “distribuição orçamentária interna”, “execução orçamentária e
119 financeira”, “gestão de processos e gestão de riscos” – com o mapeamento de todas as
120 atividades da área –, “transparência e prestação de contas” e “referências”. Frisou que se está
121 submetendo o documento a este conselho para que fique público e transparente o trâmite
122 orçamentário da instituição, destacando que, neste ano, haverá uma nova avaliação pelo TCU,
123 que irá verificar novamente os IGG, e se espera que este documento esteja aprovado para que
124 conte como um item de melhoria na governança da instituição. O presidente da reunião,
125 **Roberto Vieira Pordeus**, parabenizou a equipe que elaborou o documento. O conselheiro
126 **Júlio César Rodrigues de Sousa** também parabenizou a Proplan e observou, sobre o
127 documento, que este começa a regulamentar, na universidade, a prioridade de pagamento, que
128 já é uma obrigação pela nova lei de licitações e contratos – o que faz diferença no combate à
129 corrupção, seguindo-se uma sequência lógica de pagamento com critérios técnicos e não
130 pessoais – elogiando e expectando que a cada dia surjam mais documentos como esse para
131 apreciação do Consad. A conselheira **Jacimara Villar Forbeloni** também parabenizou a
132 equipe, pois o documento, apesar da linguagem técnica, ficou compreensível para todos;
133 ademais, observou que uma “apreciação e deliberação” desse modelo sugere que se pode
134 abrir uma discussão sobre algumas alterações. Isso porque, embora o documento tenha sido
135 elaborado com o que já é feito, há algumas reivindicações que os diretores de *campus* e de
136 centro gostariam de discutir no que concerne à Matriz Orçamentária, por exemplo, de
137 distribuição, chamada de Matriz de Outros Custeios e Capital (Matriz OCC). Afirmou que, se é
138 necessário deliberar sobre esse material, é necessário também saber quando se farão
139 alterações e discussões – citando como exemplo o documento que fala sobre o cálculo do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

140 aluno equivalente, o qual ela não consegue identificar na matriz, bem como o bônus por turno
141 noturno e por curso fora da sede, que algumas instituições instauram, mas a Ufersa não. Com
142 isso, disse que poderia discutir essas questões agora para deliberar sobre o documento
143 apreciado. Frisou que não o desqualifica, mas, ele mostra apenas o que já é feito, o que não é
144 suficiente para suprir a indagação sobre quando serão feitas as ações futuras. A convidada
145 **Daiane Ferreira da Costa** alegou que compreende a demanda, mas, considerando que são
146 questões que devem ser tratadas com um maior detalhamento, talvez não seja o mais
147 adequado discutir nesta reunião. Sobre o documento, afirmou que foi feito para formalizar o
148 que já é realizado atualmente, e que ele deve ser alterado sempre que se verificar a
149 necessidade. Com relação à questão do cálculo da Matriz OCC, disse que se trata de uma
150 definição do Ministério da Educação (MEC). Sobre as melhorias na matriz de distribuição
151 interna, afirmou que se propõe instituir uma comissão com a participação dos diretores de
152 centro para se atualizar a resolução. O conselheiro **Moisés Ozório de Souza Neto**
153 complementou que, além de ter que constituir um grupo de estudos para essa discussão,
154 existem resoluções que tratam da Matriz de Distribuição que precisariam ser revistas. Por isso,
155 a princípio, esse documento deliberado busca apenas validar o que já está sendo feito. O
156 conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** parabenizou a elaboração do documento que
157 compila o que já é feito, contribuindo para que não se precise buscar em diversas fontes
158 alguma informação sobre o funcionamento desses assuntos. Reforçou, ainda, a fala da
159 conselheira Jacimara Villar Forbeloni, afirmando que, realmente, há cobrança por alguns
160 ajustes na resolução, e é importante atender, pois são coisas simples para serem alteradas. O
161 conselheiro **Leonardo Augusto Casillo** também parabenizou a equipe da Proplan e comentou
162 que seria interessante que a pasta de documentos da reunião trouxesse de forma um pouco
163 mais clara qual deveria ser a atuação deste Conselho em relação a esse documento, que, no
164 caso, é deliberar pela formalização do que já se pratica. Isso porque, como não pertence à
165 área, ficou preocupado sobre como poderia contribuir com a discussão. Desse modo, solicitou
166 que, das próximas vezes, se esclareça melhor o intuito da apreciação dos documentos pelo
167 conselho, e, se for para sugerir alterações, que venha com mais antecedência. O conselheiro
168 **Rodrigo Silva da Costa** afirmou que o documento está muito bem redigido e faz a compilação
169 que ele imaginava quando fez a leitura, por isso pediu, inicialmente, para que fosse dito qual
170 seria o objetivo – e, realmente, era o que ele estava imaginando sobre essa junção de
171 procedimentos administrativos relacionados com o orçamento. Disse que isso é necessário
172 porque se ficava Tateando diversos locais para conseguir a informação, que não existia de
173 maneira centralizada. Entretanto, afirmou que não é tão simples, pois são vários cenários
174 montados para que se consiga equalizar as métricas utilizadas em possível substituição às que
175 são utilizadas atualmente. Conversando com Moisés Ozório de Souza Neto, observou que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

176 algumas das possíveis métricas são muito subjetivas, como a complexidade das áreas do
177 Centro. Ademais, além de parabenizar o trabalho feito pela Proplan, indagou se, após a
178 deliberação favorável sobre o documento, sairá uma resolução aprovando-o e, assim, este
179 passa a ser o documento normativo dos processos de distribuição orçamentária, e se, a partir
180 disso, qualquer alteração que seja feita nos itens que estão no documento – sejam normativos
181 externos, sejam internos – teria que passar pelo conselho; em caso de afirmação, questionou
182 se isso não engessa a Proplan, uma vez que qualquer processo teria que passar pelo Consad.
183 Por outro lado, comentou que isso dá uma melhor transparência. O conselheiro **Moisés Ozório**
184 **de Souza Neto** esclareceu que esse processo engessa um pouco os trâmites, mas que não
185 houve como fazer um modelo ideal, tendo que se dar o pontapé inicial dessa forma. Disse que,
186 à medida que for havendo alguma necessidade de alteração, juntar-se-á tudo para se
187 apresentar ao Conselho. Registrou que o que já poderia ter sido alterado é a resolução citada
188 pelo conselheiro Manoel Quirino da Silva Júnior, deixando como sugestão a formação de uma
189 comissão para tratar sobre essa resolução, bem como sobre a mudança da matriz de
190 distribuição de recursos para os centros, pois é de interesse dos diretores e, dessa forma,
191 ficaria algo mais imparcial e transparente. Enquanto Pró-Reitor de Planejamento, afirmou que
192 está sempre tentando mapear processos e validar os modelos utilizados, pois isso é uma
193 contribuição que irá ficar para a instituição. Por isso, se está dando o primeiro passo para
194 facilitar o trabalho de quem irá substituir esta equipe, cadastrando um modelo. Desse modo,
195 haverá mais transparência para a prestação de contas. O conselheiro **Alexandre Miranda**
196 **Rocha** parabenizou ao grupo que produziu a documentação, que precisa de apenas algumas
197 adequações para ser publicitada, a fim de facilitar a análise interna e externa da comunidade.
198 Comentou sobre as receitas próprias da instituição, solicitando que a administração veja
199 melhor as questões sobre a utilização do centro de convivência, sobre a disponibilidade de
200 locação para empresas externas, livrarias, dentre outros ramos voltados à parte universitária,
201 sobre a melhoria com relação à verificação da editora, da venda *in loco* de livros, dentre outros.
202 Afirmou que é algo interessante que traz um recurso maior para investir em projetos internos
203 que também dão lucro para a instituição. Sugeriu que, no próximo ano, esses recursos internos
204 sejam revistos. O conselheiro **Moisés Ozório de Souza Neto** colaborou afirmando que é
205 necessário criar resoluções para isso, pois não se podem vender produtos ou serviços sem
206 resoluções; disse que há minutas de resoluções de venda de produto excedente e de
207 prestação de serviço tramitando, e é importante criar e aprovar essas resoluções para que haja
208 a opção de utilizá-las. Afirmou que hoje se vive de receitas de aluguel, o que considera muito
209 pouco para uma instituição do tamanho da Ufersa. O conselheiro **Rodrigo Silva da Costa**
210 afirmou que é necessário ter um pouco mais de celeridade nas resoluções, e, sobre prestação
211 de serviços, frisou que há dezenas de laboratórios nesta universidade que poderiam prestar



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

212 serviços em conjunto com as Empresas Juniores. Afirmou que grande parte da universidade
213 não sabe a diferença entre as unidades suplementares – por exemplo, o que seria laboratório
214 de ensino, laboratório de pesquisa e laboratório de ensino e pesquisa –, não havendo um
215 procedimento para que possa cadastrar os laboratórios dentro das normas, então, por
216 exemplo, questionam-se as normas e critérios que esses laboratórios precisam adotar para que
217 sejam utilizados para essa prestação de serviço. Afirmou que deveria haver um planejamento
218 para fazer com que esses laboratórios se adequem às normas externas de padrão de
219 qualidade; além do mais, que há problemas com recursos para manutenção dos laboratórios –
220 e, se estes viessem do próprio laboratório, melhorar-se-ia a qualidade nas manutenções.
221 Todos os processos anteriores precisam de um plano para se conseguir essas receitas
222 externas. Além disso, disse que a própria Matriz OCC tem muitos indicadores que estão
223 interligados com o ensino, com a Prograd e outras pró-reitorias. Os indicadores são alterados
224 pela experiência do aluno, seu ingresso, o tempo que permanece e quando sai. Dessa forma,
225 trabalhar aspectos relacionados à retenção e à ociosidade de vagas poderia melhorar os
226 indicadores e, com isso, a instituição receberia mais recursos através da Matriz OCC. Frisou
227 que não é uma crítica, mas uma tentativa de demonstrar onde se poderia melhorar. Afirmou
228 que este conselho deveria ser mais acionado através dessas comissões para que atuasse em
229 conjunto com outras pró-reitorias a fim de se chegar a algumas possibilidades de melhoria de
230 investimento na Ufersa. O presidente da reunião, **Roberto Vieira Pordeus**, colocou o terceiro
231 ponto – relativo ao documento que define o Modelo de Gestão Orçamentária e Financeira da
232 Ufersa – em deliberação, o qual foi votado e aprovado por unanimidade. **QUARTO PONTO.** O
233 presidente da reunião, **Roberto Vieira Pordeus**, colocou o quarto ponto em discussão. A
234 convidada **Marília de Lima Pinheiro Gadêlha Melo** afirmou que a Ufersa utiliza o sistema E-
235 AUD da CGU, que é um sistema de comunicação dos atos institucionais entre as instituições e
236 todos os entes fiscalizados pela CGU; mas esta disponibiliza esse sistema também para que
237 as auditorias internas utilizem-no para os serviços internos. Isto é, da mesma forma que a CGU
238 utiliza com todas as unidades subordinadas, está disponibilizando para que as auditorias
239 internas também utilizem dentro do seu arcabouço de atuação. E, para isso, só precisa da
240 autorização do Consad para que haja essa adesão da Ufersa ao sistema nesses moldes. A
241 norma que consta no documento elenca todos os requisitos para a cessão do direito de uso do
242 sistema, e é algo que é mais uma formalidade, pois não há dificuldade do ponto de vista
243 técnico – afirmando que concorda em assumir essa responsabilidade, pois, ao passo que os
244 auditores irão utilizar o sistema, ficam responsáveis também pelas informações do sistema e
245 tudo mais. Diante disso, solicita-se autorização, pois isso irá melhorar a gestão dos processos
246 internos da Audint, otimizar a comunicação dentro da auditoria e com a CGU, o que melhora a
247 atuação da própria Audint, que irá ter acesso a muito mais recursos para utilizar as auditorias



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

248 de uma melhor forma. O conselheiro **Júlio César Rodrigues de Sousa** parabenizou a
249 iniciativa da Audint de querer melhorar o trabalho e o fluxo do trabalho, essa busca por
250 melhores entregas é muito valorosa; parabenizou também as instancias de governanças, como
251 a ouvidoria etc. A convidada **Marília de Lima Pinheiro Gadêlha Melo** afirmou que, para a
252 questão do teletrabalho, sobre o qual a instituição está a ponto de iniciar o projeto piloto, é
253 importante que os sistemas sejam os melhores possíveis, então a própria instituição vai cada
254 vez mais se modernizar e se beneficiar. O conselheiro **Moisés Ozório de Souza Neto**
255 parabenizou a Audint pela iniciativa e disse que a Audint está para ajudar a gestão a trabalhar
256 da maneira mais correta possível, e, se a Audint puder, quando o conselho for fazer essa
257 comissão da questão da resolução sobre orçamento e distribuição de recursos, poderia ter a
258 participação de alguém da Audint. O presidente da reunião, **Roberto Vieira Pordeus**, colocou
259 o quarto ponto em votação, o qual foi votado e aprovado por unanimidade. **QUINTO PONTO.** O
260 presidente da reunião, **Roberto Vieira Pordeus**, colocou o quinto ponto em discussão. A
261 conselheira **Jacimara Villar Forbeloni** afirmou que estranhou que não estava incluída a
262 primeira reunião extraordinária deste ano, afirmando que, com isso, ela só será apreciada seis
263 meses depois, alertando para que as atas não sejam entregues com tanto espaçamento de
264 tempo, para que não haja esquecimento sobre as discussões. A secretária *ad hoc* dos Órgãos
265 Colegiados justificou que houve muitas reuniões extraordinárias e não foi possível redigir essa
266 ata, mas na próxima ela será apreciada. O conselheiro **Alexandre Miranda Rocha** afirmou que
267 há muito abandono de animais na instituição, sendo necessário, diante do descontrole da
268 prática, verificar quem está abandonando e orientar sobre a lei de que essas pessoas serão
269 responsabilizadas. Disse que há muitos gatos, e, para se ter uma ideia, citou uma servidora
270 que paga R\$ 1.700,00 todos os meses para alimentar os animais do *campus* Leste. Afirmou
271 que tem casos de abandono com maus-tratos, e é importante evitar a proliferação desses
272 animais. O conselheiro **Júlio César Rodrigues de Sousa** fez um comentário sobre uma
273 denúncia contra o Restaurante Universitário (RU), cujo vídeo de uma lava andando na mesa
274 veiculou na mídia, de que a denúncia será apurada com rigor, e a empresa foi desclassificada
275 do contrato, a partir de que está movendo uma ação judicial contra os envolvidos. Citou que a
276 Ufersa serve 700 mil refeições, e, com apenas R\$ 20 o estudante consegue fazer 10 refeições
277 – e isso é uma política de permanência estudantil muito importante. Disse que a Proae irá
278 investigar todas as denúncias sobre o setor estudantil, citando que há canais oficiais para
279 denúncia – a ouvidoria, canais, serviço de acesso à informação do cidadão, e, agora, será
280 criado um conselho de usuários, para que o estudante possa fazer a denúncia mais
281 diretamente. O presidente da reunião, **Roberto Vieira Pordeus**, afirmou que não utilizar os
282 meios oficiais, mas divulgar vídeos assim, prejudicam a imagem da própria universidade. A
283 conselheira **Jacimara Villar Forbeloni** complementou a fala do conselheiro Júlio César



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

284 Rodrigues de Sousa, afirmando que a alimentação dos *campi* fora de sede, em especial de
285 Angicos, também está sendo reclamada pelos alunos; reiterou que fica o dilema entre encerrar
286 o contrato e deixar os alunos sem alimentação, ou continuar com a alimentação precária
287 apesar dos problemas. Afirmou que compreende a indignação dos servidores, mas também
288 compreende a utilização feita pelos estudantes, tendo em vista que a mídia é um dos principais
289 meios de informação e de comunicação, e frisou que esse não é um problema apenas do
290 *campus* Central, mas de toda a Ufersa. O conselheiro **Moisés Ozório de Souza Neto** afirmou
291 que foi feita uma comissão para ver a questão da convivência com esses animais, a qual
292 chegou ao resultado de que não tem como se tirar os gatos da universidade, mas já está sendo
293 trabalhada a questão da castração; sobre alimentação, foi definido que serão feitos
294 comedouros e bebedouros higiênicos, cobertos e ecologicamente corretos. Prosseguiu
295 afirmando que serão feitas campanhas para que todos só coloquem alimentação nos
296 comedouros, e, na medida em que os animais forem se acostumando, se irão afastando dos
297 prédios os comedouros e bebedouros. Para isso, serão feitas parcerias com empresas,
298 capacitação com os vigilantes, dentre outras medidas. Sobre a discussão acerca do RU,
299 concordou que os vídeos são uma medida de denúncia comum, mas frisou que quem quer o
300 bem da instituição faz uma denúncia interna. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior**
301 solicitou o resultado da comissão para que possa passar o documento para os colegas, pois é
302 frequentemente cobrado sobre isso. O conselheiro **Moisés Ozório de Souza Neto** confirmou
303 que poderia enviar sim. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** citou outra ocorrência,
304 reforçando a necessidade da alteração das resoluções nº 2 – sobre a matriz de distribuição e
305 alocação de recursos – e nº 4 – sobre o pagamento de gratificação por encargo de concurso –,
306 ambas de 2019. O conselheiro **Reudismam Rolim de Sousa** afirmou que tem sido feitas
307 algumas ações sobre a questão dos animais no *campus* de Pau dos Ferros. Nada mais
308 havendo a discutir, o presidente do conselho, **Roberto Vieira Pordeus**, despediu-se dos
309 conselheiros e deu por encerrada a reunião. E eu, Éricka Tayana Lima Bezerra, secretária *ad*
310 *hoc* da Secretaria dos Órgãos Colegiados, lavrei esta ata, que, após lida e aprovada sem
311 emendas, na reunião do dia 12 de julho de 2023, segue assinada pelo presidente do Consad,
312 pelos Conselheiros presentes nesta reunião e por mim.

Xxxxxxxxxxxxxxxxxx

Presidente:

Roberto Vieira Pordeus _____

Pró-Reitores:

Proad: Arly Dayany Fernandes Lopes de Carvalho _____

Proplan: Moisés Ozório de Souza Neto _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Progepe: Raiane Mousinho Fernandes Borges Palhano Galvão_____

Proae: Júlio César Rodrigues de Sousa_____

Diretores de *Campi*:

CMC: Dalvanira Brito Rodrigues_____

CMA: Jacimara Villar Forbeloni_____

CMPF: Reudismam Rolim de Sousa_____

Diretores de Centro:

CCA: José Torres Filho_____

CCBS: Rodrigo Silva da Costa_____

CCEN: Leonardo Augusto Casillo_____

CCSAH: José Albenes Bezerra Júnior_____

CE: Manoel Quirino da Silva Júnior_____

Representantes docentes:

Francisco Edcarlos Alves Leite_____

Miriam Karla Rocha_____

Rafael Castelo Guedes Martins_____

Representantes técnico-administrativos:

Alexandre Miranda Rocha_____

Cleyton Kleber Dantas Alberto_____

Representantes discentes:

Johnnatan Fernandes da Silva Mota_____

Secretário *ad hoc* dos Órgãos Colegiados:

Éricka Tayana Lima Bezerra_____